

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 692 - Brasília, terça-feira, 19 de maio de 1998



Presidida pela senadora Marluce Pinto, a CPI do Congresso sobre o trabalho infantil, que funciona há dois anos, prepara-se para votar o relatório final até o dia 11 de junho

1 CAE escolhe hoje o novo presidente

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 10h, e terá que eleger seu novo presidente. Dez matérias estão na pauta. **Página 3**

2 Projeto limita o custo de parcela rural

A CAE vai discutir hoje projeto do senador José Bianco que estabelece limites para o custo das parcelas rurais em projetos de colonização oficial. **Página 3**

3 Na pauta, gasto para declarar IR

Três projetos que serão discutidos hoje têm pareceres contrários dos relatores. Um deles prevê dedução no IR para despesas com elaboração da declaração anual. **Página 3**

CPI quer saber como governo combate o trabalho infantil

Ministros da Educação e do Trabalho deverão depor em comissão do Congresso. Senadoras conhecem programa que retira crianças de carrocerias em Mato Grosso do Sul



Suassuna preside hoje Comissão de Orçamento

Comissão vota verba para ensino fundamental

A Comissão de Orçamento do Congresso aprecia hoje, a partir das 15h, a abertura de crédito de R\$ 847,5 milhões destinado à educação fundamental. Presidida pelo senador

Ney Suassuna, a comissão deve analisar também crédito suplementar de R\$ 20 milhões para a Justiça Federal nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. **Página 5**

Os ministros da Educação, Paulo Renato Souza, e do Trabalho, Edward Amadeo, deverão ser ouvidos pela CPI do Congresso que investiga o trabalho infantil no país. Os senadores e deputados que integram a comissão querem conhecer as providências adotadas pelo governo para combater a exploração do trabalho de crianças e adolescentes. Na última semana, as senadoras Marluce Pinto e Emília Fernandes visitaram Mato Grosso do Sul e avaliaram de perto o programa "Vale Cidadania", criado pelo governo estadual para retirar crianças que trabalhavam em carrocerias. Ao completar dois anos de atuação, a CPI prepara-se para apresentar o seu relatório final até o dia 11 de junho. **Página 8**

Agenda do Dia

1º VICE-PRESIDENTE
Senador Geraldo Melo

9h - Participa de debate no Tm Senado
11h30 - Recebe grupo do Movimento Municipalista Brasileiro. Gabinete da 1ª Vice-Presidência

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 9/98, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDCT; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 34/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até 442,10 milhões de francos franceses junto ao Banco de Paris et de Pays Bas - Paribas, destinada ao financiamento dos débitos da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, referentes à construção da Usina Termelétrica de Candioti III - Unidade I; "Requerimento nº 269/98, do senador José Ignacio Ferreira, solicitando a retirada do PLS nº 69/97, de sua autoria, que regula a experimentação genética na área de engenharia genética, vedando os procedimentos que visem à duplicação do genoma humano e com a finalidade de obtenção de clones de embriões e seres humanos; e discussão em turno do "Projeto de Resolução nº 33/98, que autoriza o estado do Paraná a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná - LFTPR, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1998

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
1ª parte
Pauta: Eleição do presidente da comissão
2ª parte
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial; "PLS nº 292/95, que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; "PLS nº 9/97, que dispõe sobre as transferências financeiras destinadas à manutenção das câmaras de vereadores pelas prefeituras municipais; "PLS nº 231/95, que veda ao Poder Executivo a fixação de cotas de importação para as Áreas de Livre Comércio; "PLS nº 31/98, que estabelece normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; e "PLS nº 15/97, que extingue os créditos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS oriundos de contribuições sociais devidas pelos municípios, até 31 de dezembro de 1992. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: "PLC nº 74/97, que dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: "Relatório às emendas apresentadas ao PDL referente às contas do presidente da República de 1996; relatório ao "PL nº 10/98-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 20 milhões, em favor da Justiça Federal; relatório à "Mensagem nº 100/98-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional o Aviso 29/98, do ministro de Minas e Energia, com esclarecimentos sobre o subprojeto de responsabilidade da Eletrobrás e a construção da Usina Hidrelétrica Manso; relatório apresentado à "Mensagem nºs 136 e 140, que submetem à deliberação do Congresso Nacional os Avisos nºs 83/98 e 134/98, que prestam esclarecimentos sobre subprojetos de responsabilidade do Ministério dos Transportes, nos termos do parágrafo 1º do art. 5º da Lei nº 9.598 (Lei Orçamentária do exercício de 1998); e "Requerimento do deputado João Fassarela, solicitando esclarecimentos acerca dos gastos em desacordo com a Constituição federal promovidos por diferentes órgãos do Poder Executivo. Plenário 2, Anexo II - Câmara dos Deputados

ESPECIAL

9h às 18h30 - Exposição do artista Thales de Castro Maia. Salão Negro
De 18 a 29 - Exposição "Arte em Tarot", do artista plástica Durce Coelho. Salão do 1º andar - Anexo II

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (20.05.98)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Votação em primeiro turno "PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; "Requerimento nº 988/97, do senador Beni Veras, solicitando que, sobre a Emenda da Câmara ao PLS nº 146/92, que dispõe sobre a inclusão do Vale do Jequitinhonha do estado de Minas Gerais na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do

Nordeste - Sudeste, seja ouvida a CGJ; discussão em turno único do "PLS nº 146/92, que dispõe sobre a inclusão do Vale do Jequitinhonha do estado de Minas Gerais na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudeste; discussão em turno único do "PLS nº 142/95, que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - Pepe; discussão em turno único do "PLS nº 143/95, que concede incentivo tributário ao empregador participante do Programa do Estímulo ao Primeiro Emprego - Pepe; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 28/98, que autoriza o estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de refinanciamento de sua dívida, constanzada no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 1997, no âmbito do Programa de Apolo à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; "Projeto de Resolução nº 153/98, do senador Pedro Simon, solicitando a criação de uma comissão interna, composta por onze membros, para, no prazo de 120 dias, estudar as causas do desemprego e do subemprego no Brasil; "Requerimento nº 160/98, do senador Waldeck Ornelas, solicitando a criação de comissão especial temporária, com a finalidade de promover estudos tendo em vista o exame de proposta de reforma tributária, a ser integrada por onze senadores titulares e onze suplentes, tendo prazo de funcionamento até 15 de dezembro de 1998; "Requerimento nº 268/98, do senador Djalma Falcao, solicitando a constituição de uma comissão externa do Senado Federal, composta de nove membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de noventa dias, promover a verificação in loco dos efeitos produzidos pela atual seca que assola o Nordeste do Brasil; "Requerimento nº 297/98, do senador Ney Suassuna, solicitando a criação de uma comissão especial, composta de cinco membros, para, no prazo de trinta dias, inspecionar, in loco, a distribuição de cestas básicas e de água, bem como o cadastramento, o alistamento e a operacionalização das frentes de trabalho nos estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Alagoas e Bahia; "Requerimento nº 323/98, do senador Sérgio Machado, solicitando a criação de comissão senatorial temporária para acompanhar as ações emergenciais e elaborar um plano de medidas permanentes a serem adotadas junto às áreas atingidas pelas secas no Nordeste; "Parecer nº 217/98, sobre mensagem em que o presidente da República submete à aprovação do Senado o nome de Carlos Alberto Marques Soares para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; "Mensagem nº 106/98, em que o presidente da República submete à deliberação do Senado o nome de Marcus Camacho de Vincenti para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Colômbia; e "Mensagem nº 126/98, em que o presidente da República submete à deliberação do Senado o nome de Marco César Meira Naslousky para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, exercer a de embaixador junto à Ordem Soberana e Militar de Malta

Quinta-feira (21.05.98)
Pauta: Primeiro dia de discussão da "PEC nº 28/96, que inclui, entre os direitos sociais, o direito à moradia; primeiro dia de discussão da "PEC nº 32/96, que dispõe sobre o serviço civil obrigatório; discussão em turno único do Projeto de Resolução nº 29/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banque Nationale de Paris - BNP, no valor equivalente a 7 milhões de dólares de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Banco de Testes para Desenvolvimento de Produtos de Saúde; e discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 30/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de 51 milhões de dólares, junto ao Peene Werft GmbH

COMISSÕES

Quarta-feira (20.05.98)
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Lançamento da publicação Operação Mãos Limpas, elaborada pelo senador Pedro Simon. Sala 3 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95, que suprime dispositivo constitucional que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 11/96, que altera o parágrafo 5º do art. 166 da Constituição federal; "PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring; "PLC nº 103/96, que dispõe sobre os registros públicos; "PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública; "PLS nº 81/95, que dispõe sobre as sociedades cooperativas; e "PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

Quarta-feira (20.05.98)
"Cultura ao Meio-Dia"
Filme: Como Ser Solteiro, de Rosane Swartman. Auditório Patrício Portella

Mudança no sistema previdenciário exige cautela, alerta Odacir

Para o senador Odacir Soares (PTB-RO), é preciso ter cautela quando se fala em reforma no sistema previdenciário. Ele disse que a questão fundamental que se coloca por trás da polêmica existente é a da privatização das contribuições dos segurados e a modificação da lógica de seu financiamento.

—É preciso que se tenha bem claro, nessa discussão, que a passagem da repartição para a capitalização individual significa a ruptura do pacto

seu ver, caberá a toda a sociedade.

O primeiro diz respeito à continuidade do pagamento dos atuais inativos, por um período estimado de cerca de 50 anos, até a cessação dos seus benefícios. O segundo é o reconhecimento das contribuições passadas, feitas pelos trabalhadores que desejam formar as suas contas individuais, segundo o novo sistema. E o último tipo de transição é o subsídio ou pagamento de benefício assistencial



Odacir diz que é preciso amplo debate

Odacir Soares observou que o Brasil é um país onde a maioria da população não tem acesso aos mais elementares direitos sociais, mesmo os inscritos na Constituição federal. Por isso, frisou, deve-se ter cuidado quando se fala de reformas no sistema previdenciário, sejam elas de caráter limitativo ou não.

Na avaliação do senador, o país ainda não assegurou aos brasileiros a garantia do usufruto dos benefícios que a Constituição federal lhes outorgou e já se discute sua alteração — salientando que mudar o sistema de previdência social vai implicar três tipos de transição, cujo pagamento, a

tencial a pessoas que não têm capacidade de acumular fundos para a aposentadoria.

Alertando que mudar a Previdência Social vai trazer "sérias consequências" sociais e econômicas, "para as quais todos nós devemos estar preparados, caso o façamos", Odacir Soares disse que a sociedade brasileira deve ser chamada a discutir "soberanamente", à luz das consequências que advirão das escolhas que fizer. "Não cabem mais atitudes tutelares sobre a sociedade no molde de experiências que tivemos em passado não muito remoto", ressaltou.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antônio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flávio Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes
Lúcio Coelho - Joel de Hollandia - Mariuce Pinto
Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editor-Chefe - Djalma Lima
Editores - Marcos Magalhães, Marluza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Comissão escolhe substituto de José Serra e o PSDB indicou o próprio suplente do ministro da Saúde, senador Pedro Piva. Pauta inclui dez matérias, sendo oito projetos de lei

CAE elege hoje novo presidente e discute 8 propostas dos senadores



PSDB indicou Piva para presidir CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos elege hoje seu novo presidente, em substituição ao senador José Serra (PSDB-SA), que assumiu o Ministério da Saúde. A única indicação para a presidência da CAE foi feita pela liderança do PSDB e é o senador Pedro Piva (PSDB-SP), suplente de Serra. Os demais 27 senadores titulares e

outros 27 suplentes da comissão permanecem nos cargos.

Depois da eleição do novo presidente, a comissão vai apreciar oito projetos de lei do Senado e dois ofícios. Uma das matérias que será votada em turno suplementar é o substitutivo ao projeto de lei que estabelece limites para o custo das parcelas rurais alienadas em projetos de colonização oficial.

Bianco quer limitar custo das parcelas rurais

O projeto do senador José Bianco (PFL-RO), que estabelece limites para o custo das parcelas rurais alienadas em projetos de colonização oficial, regulamenta o cálculo do custo das parcelas em função dos investimentos necessários à implantação do núcleo.

O substitutivo do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), favorável à proposta, modifica o Estatuto da Terra, estabelecendo que o custo de cada parcela não excederá a 20% dos investimentos.

Outro projeto terminativo com parecer favorável, apresentado pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO), é o que fixa cotas de importação para as áreas de livre comércio, tendo como relator o senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

O senador Eduardo Suplicy

(PT-SP) deu parecer favorável e apresentou projeto de resolução autorizando a prefeitura de São Bernardo do Campo (SP) a emitir letras financeiras do tesouro do município, no valor de R\$ 143 milhões, para o pagamento de precatórios judiciais. A matéria ainda terá que passar pelo plenário.

Projeto terminativo do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) dá nova redação à Lei nº 4.320/64, que dispõe sobre normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, estados, municípios e Distrito Federal. O parecer, do senador João Rocha (PFL-TO), é favorável, alegando que "o projeto dá mais flexibilidade e agilidade na administração das bibliotecas", levando em conta os avanços da informática e favorecendo, com isso, o aperfei-



Bianco: custo pelo investimento

çoamento da gestão das bibliotecas públicas.

A CAE votará ainda parecer para que seja enviado expediente ao governador do Rio Grande do Sul, comunicando a liberação para a inclusão de parcela de precatórios judiciais de 1995 no refinanciamento da dívida do estado. O parecer é do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC).



Osmar: incentivos fiscais

Plenário vota projeto do primeiro emprego

A concessão de incentivos fiscais às empresas que oferecerem o primeiro emprego a jovens de 14 a 18 anos será discutida amanhã pelo plenário. Os incentivos estão previstos no Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego, a ser criado por projeto de lei apresentado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR).

A proposta permitirá que os gastos das empresas com INSS e FGTS dos jovens possam ser descontados do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. O projeto será regulamentado pelo Executivo e terá de garantir vagas aos menores contratados em escolas profissionalizantes mantidas pelas confederações nacionais de empregadores.

Também, na quinta-feira, o plenário deverá votar proposta de emenda constitucional do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA), que procura acabar com a guerra fiscal entre os estados. A emenda autoriza o Senado a votar resolução contendo as condições para que os estados ofereçam tais incentivos.

Já na sessão de hoje do plenário, os senadores devem votar projeto de resolução que autoriza a União a tomar emprestado na França o equivalente a cerca de R\$ 84 milhões, destinados a financiar dívida da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, a qual foi contraída para a construção da Usina Termelétrica de Candiota III.

Ainda amanhã, o plenário deverá discutir projeto de lei, enviado ao Congresso pelo presidente da República, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia.



Parga (E) quer mudar IR e Francelino é contra anistia de débitos

gilação sobre parcelamento de débitos dos municípios com o INSS e até anistia de multas. Francelino Pereira disse que o projeto concederia ainda mais facilidades e incentivaria a inadimplência.

Quanto ao projeto sobre transferências financeiras para



manutenção das câmaras de vereadores pelas prefeituras municipais, também do ex-senador Francisco Escórcio, o parecer, do senador Eduardo Suplicy, solicita exame da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Desconto para contador tem parecer contrário

O projeto que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, do senador Bello Parga (PFL-MA), tem parecer contrário do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), para quem a proposta "fere o princípio da isonomia tributária", previsto na Constituição, de acordo com o parecer. O projeto permite a dedução das quantias pagas pelas pessoas físicas a profissionais e escritórios de contabilidade, para a preparação

de suas declarações anuais de rendimentos. Jonas Pinheiro explica que a Constituição não permite tal dedução.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) deu parecer contrário ao projeto que extingue os créditos do INSS vindos de contribuições sociais devidas pelos municípios até 31 de dezembro de 1992. O projeto, do então senador Francisco Escórcio, foi considerado prejudicado porque já existem vários dispositivos na atual le-

Senador Nabor Júnior defende que presidente da República edite medida provisória para coibir "atentado cruel e covarde"

Falsificação de remédio pode ser crime hediondo

A falsificação de remédios é "um atentado cruel, insidioso, covarde e desprovido de qualquer vestígio de ética ou respeito à vida". Com essa afirmação, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu, em discurso feito ontem, que a falsificação de remédios seja transformada em crime hediondo.

"Ministrar um placebo a quem necessita de medicamentos efetivos pode ser a mesma coisa que condená-lo à morte", disse Nabor.

O senador registrou ter recebido um projeto sugerindo medida provisória, preparado pelo advogado Durval Vieira

Maia, que prevê essa mudança. "Atualmente, o crime, previsto no artigo 272 do Código Penal, é enquadrado como irrelevante e culposo", lembrou Nabor. Ele explicou que, neste tipo de delito, não deveria existir a figura de crime culposo. "Os agentes que os praticam jamais poderão alegar que desconheciam a gravidade e os malefícios provocados por sua atitude deliberada", destacou o senador.

Para Nabor, no crime de corrupção, adulteração ou falsificação de substância alimentícia ou medicinal encontra-se o mais diabólico e criterioso planejamento. "O esquema envolve um sem-número de pessoas e de recur-

sos, como o uso de laboratórios para preparo da droga, impressão da bula, embalagem, nota fiscal fria e colocação da substância medicinal falsa na praça", comentou.

Nabor Júnior destaca ser um severo crítico das medidas provisórias, mas reconhece que esse é um caso de emergência.

O senador do Acre ressalvou que, se o presidente da República não agir com urgência, lutar no Congresso para que a mudança seja aprovada em forma de projeto de lei.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA), em aparte, disse que a falsificação de remédios mata em massa. "Toda providência para salvar essas vidas merece apoio", completou. O senador Emandes Amorim (PPB-RO) afirmou que também pretende apresentar projeto de lei nesse sentido.



Nabor: malefícios

Campos cobra recursos para órgãos de defesa do consumidor

O senador Júlio Campos (PFL-MT) fez um apelo para que o governo destine os recursos que foram necessários ao pleno aparelhamento dos órgãos reguladores e fiscalizadores do mercado, lembrando que, de sua atuação eficiente, depende, em grande medida, a proteção eficaz à saúde e à segurança do consumidor.

Campos advertiu para que os programas de testes comparativos de produtos realizados por algumas entidades de defesa do consumidor, entre os quais destaca-se o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), constatarem que os órgãos reguladores e de fiscalização tem uma atuação deficiente e inteiramente dissociada do objetivo de proteger a saúde e a segurança do consumidor.

— Ao realizar seus testes comparativos, o Idec detectou não apenas que muitos produtos ostentam alto índice de inadequação em relação às normas e regulamentos nacionais mas,

também, levaram ao questionamento dos próprios instrumentos normativos, pois, nestes, foram encontradas inúmeras falhas que diminuem o nível de proteção ao consumidor — alertou o senador.

Em seu discurso, Júlio Campos enfatizou a importância das ações coletivas movidas pelos consumidores, como eficiente instrumento de aperfeiçoamento do mercado consumidor. Além de se constituir em instrumento de desburocratização e bastão econômico para a representação judicial do interesse de milhares de consumidores, as ações refletem-se no comportamento das empresas em relação aos consumidores.

Para o senador, tem havido uma evolução significativa da sociedade brasileira na defesa dos interesses dos consumidores, diante do poderio das em-

presas. "Até passado recente, os que compravam não passavam de marionetes nas mãos dos fornecedores. O resultado dessa desarticulação eram os consumidores facilmente manipulados, sendo-lhes freqüentemente impingidos produtos da pior qualidade, que colocavam em risco sua saúde e segurança", recordou o senador.

A mobilização social representa a maneira mais adequada na busca de evolução das relações de consumo, defende Júlio Campos. No que se refere à participação do governo, ela consiste em aparelhar "adequadamente os órgãos reguladores, para que possam melhor desempenhar sua função, elaborando normas mais aperfeiçoadas, sem brechas autorizadas do fabrico de produtos perigosos ou de baixa qualidade".



Campos: mobilização

Alcântara sugere nova estratégia contra seca

Preocupado com a seca que afeta 1,2 milhão de pessoas que dependem da agricultura no Ceará, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu ontem a adoção de estratégias preventivas e o envolvimento da população no processo de planejamento, com um inter-relacionamento contínuo entre esta e o poder público.

Alcântara enumerou as seguintes premissas: a seca não pode ser vista como um problema isolado da economia cearense; a seca é um problema de natureza social, pois transforma o produtor de baixa renda em flagelado; os efeitos da seca evidenciam o subdesenvolvimento econômico e extrapolam a visão puramente climatológica; os programas emergenciais destinam-se somente a evitar tragédias maiores.

Para Alcântara, apenas políticas que atinjam as causas estruturais da pobreza preexistente (como reforma agrária, acesso universal à educação, saúde, habitação, saneamento e redistribuição de renda) tornarão o

homem menos vulnerável às secas. "Ao longo da história, a intervenção governamental contra a seca se efetivou sempre por ações emergenciais, mas

é fundamental que elas passem a ser tratadas de maneira mais planejada", disse o senador.

Lúcio Alcântara também explicou que o planejamento para enfrentar a seca deve partir de algumas pré-condições: conscientização do governo federal e governos estaduais da necessidade de uma política permanente contra os efeitos da seca; ter continuidade, independente das mudanças administrativas; envolvimento e integração das instituições públicas; compromisso e motivação do aparato técnico-institucional. Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a seca está comovendo o país inteiro.



Lúcio Alcântara

Falcão vai ao Nordeste e defende a transposição

Depois de visitar, na semana passada, o sertão alagoano, o senador Djalma Falcão (PMDB-AL) narrou no Senado o quadro de fome e miséria que viu na região, dizendo que aquela realidade é um depoimento desabonador para todos os que têm responsabilidades públicas no Brasil.

Ele informou que a quebra da safra no semi-árido já supera a casa dos 65%, não havendo pasto para o rebanho. Também disse que, em muitos municípios, a população está percorrendo até 80 quilômetros em busca de água para beber. E acrescentou que a falta de chuvas ameaça cerca de 10 milhões de seres humanos.

Na opinião de Falcão, o resultado da seca é um autêntico desastre social e as grandes estiagens só cessarão quando se garantir o abastecimento regular de água para as cidades e os cam-



Djalma Falcão

pos do Nordeste. "Não há soluções mágicas. A realidade não comporta ações paternalistas e efêmeras", proclamou o parlamentar, apontando a Califórnia e Israel como exemplos de recuperação racional de áreas secas.

Ele pregou como medida imperiosa e necessária a transposição das águas do São Francisco (para perenizar rios da região), a irrigação do semi-árido (com a interligação das bacias do São Francisco e do Paraíba) e a perfuração de poços artesianos no sertão.

Segundo Falcão, se o governo patrocinasse essas iniciativas, praticará o gesto redentor dos milhões de nordestinos. "Dando-se água ao nordestino, este povo se encarregará de complementar, com esforço próprio, a obra do governo", afirmou.

Ignácio quer auditoria externa para apoiar tribunais de contas

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou proposta de emenda constitucional obrigando a realização de auditorias independentes para subsidiar as atividades dos tribunais de contas de todo o país. O projeto será apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

De acordo com o parlamentar, a jurisdição dos tribunais de contas abrange "um universo muito grande de órgãos e instituições públicas e privadas, tornando quase impossível, mesmo com o auxílio de outros órgãos de auditoria e fiscalização do âmbito público, o desenvolvimento de um trabalho de fiscalização e controle eficiente".

José Ignácio entende, ainda, que as dificuldades de fiscalização crescem com as carências de pessoal e "a questão da influência política". Ele acredita que a contratação de serviços de auditoria independente poderá



Ignácio propõe atuação técnica "mais facilmente concretizar uma atuação técnica".

A possibilidade de aperfeiçoamento das atividades de fiscalização e controle da administração pública, pelo intercâmbio entre profissionais das áreas pública e privada, é outro ponto positivo apontado pelo senador em defesa de sua emenda. Ele destaca, finalmente, que essa assessoria de auditores independentes "não trará qualquer demérito aos tribunais, que continuarão a exercer, em sua plenitude, as competências constitucionais que lhes foram conferidas".

CI examina incentivo a combustível renovável

Tendo como relator o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), projeto oriundo da Câmara dos Deputados que determina a substituição da frota oficial de veículos por automóveis movidos a combustíveis renováveis será examinado hoje pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

A proposição, que visa revitalizar e consolidar o Proálcool, foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde teve como relator o senador Joel de Hollanda (PFL-PE). Em seu parecer favorável, Hollanda destacou a criação de novos empregos na plantação e industrialização da cana-de-açúcar como um dos maiores benefícios da iniciativa.

O projeto prevê a escolha de veículos movidos a combustíveis renováveis em qualquer aquisição ou substituição de unidades leves para compor a frota oficial, ou

para locação de veículos de propriedade de terceiros para uso oficial. O prazo estabelecido para renovação da frota é de cinco anos. Dessa obrigação estarão excluídos veículos específicos de combate e de transporte de tropas das Forças Armadas, caso a proposta se transforme em lei.

Os automóveis subvencionados com incentivos fiscais, com isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), segundo a lei que beneficia taxistas e deficientes físicos, também deverão ter motorização a combustível renovável, de acordo com o projeto.

Os veículos enquadrados nessa exigência, adquiridos por intermédio de consórcios ou financiamentos, terão ainda, pela proposição, um prazo para pagamento superior em até 50% em relação aos consórcios e financiamentos de veículos a gasolina e óleo diesel.

Pauta da reunião de hoje prevê também a abertura de crédito suplementar para despesas da Justiça Federal em dois estados

Comissão de Orçamento vota recursos para educação

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprecia hoje a abertura de crédito de R\$ 847,5 milhões, destinado à educação fundamental. A comissão estará reunida a partir das 15 horas, sob a presidência do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Os recursos, provenientes da

emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, serão destinados ao financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Outra matéria na pauta da comissão refere-se a crédito suplementar de R\$ 20 milhões, destinado à Justiça Fe-

deral nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, para cobertura de despesas administrativas e recuperação de instalações físicas.

O plenário da comissão também decidirá sobre três pedidos de normalização orçamentária, relativos a obras em

Emissão de títulos permitirá financiar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

que o Tribunal de Contas da União detectou irregularidades. Em dois deles, feitos pelo Ministério dos Transportes, o relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), por considerar que o Executivo tomou as devidas medidas saneado-

ras, deu parecer favorável à retomada de projetos sob responsabilidade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Ferrovia Paulista (Fepasa), Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern) e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Com relação ao outro pedido, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) também apresentou parecer favorável à retomada da construção da Usina Hidrelétrica de Manso, sob responsabilidade da Eletronorte. As informações fornecidas pelo Ministério de Minas e Energia demonstrariam que as irregularidades apontadas pelo TCU foram sanadas, justificou.

Globalização gera desemprego e doenças profissionais, diz Benedita

A globalização pune os trabalhadores com o aumento do desemprego e as precárias condições de trabalho, segundo afirmou a senadora Benedita da Silva (PT-RJ). Ela disse que as consequências imediatas desse novo modelo econômico são o crescimento nos índices de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

Na opinião de Benedita, a acelerada invasão dos computadores nos ambientes de trabalho tem gerado novas formas de doenças. Entre elas, citou os casos de LER (lesão por esforço repetitivo), patologia que já vem sendo classificada como epidemia nas metrópoles brasileiras.

São doenças relacionadas à execução de tarefas excessivamente rotineiras e repetitivas, mecanicamente alienantes, levando músculos e mentes ao estado agonizante da atrofia ou da hipertrofia — explicou.



Benedita cita estudos que indicam maiores prejuízos à mulher

Segundo estudos realizados no Brasil e no exterior, divulgados pela senadora fluminense, as mulheres compõem o grupo mais afetado pela disseminação da LER. "Isso se justifica na medida em que o contingente de mulheres no mercado de trabalho se expandiu consideravelmente nas últimas décadas", informou.

Benedita da Silva revelou que a grande maioria das mulheres ocupa hoje as posições menos favorecidas da estrutura produtiva, o que significa, no caso do mercado da

informática, as posições equivalentes a digitadoras, que exigem uma carga de esforço físico e mental muito maior.

Para piorar, na opinião da senadora, as empresas de equipamentos de informática fabricam microcomputadores e teclados sem a menor preocupação com a anatomia das mãos, colunas e cabeças dos usuários. "Estes são os grandes vilões da saúde da trabalhadora nos escritórios e nas firmas do mundo inteiro", assegurou Benedita.

Incremento obtido pelo estado foi o dobro da média nacional, afirma senador; atribuindo esse resultado à competência administrativa

Maldaner destaca crescimento do PIB de Santa Catarina

Para um crescimento do PIB nacional da ordem de 3,03%, o PIB do estado de Santa Catarina registrou um aumento de 6,8% em 1997, destacou ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), citando dados do IBGE. O fato de o estado, que movimentou em torno de R\$ 33,9 bilhões, superar a média nacional foi atribuído pelo senador a "uma administração séria e competente", que não perdeu seu rumo "em meio às avalanches de críticas e meias-verdades".

Todos os setores econômicos do estado cresceram: a indústria, 6,95%; a agropecuária, 12,05%; e os serviços, 4,46%, informou o senador, acrescentando que esses nú-



Maldaner cita dados do IBGE

meros são motivo de comemoração, porque "durante muito tempo a população brasileira foi bombardeada com notícias infundadas sobre um caos que se instalava no estado. Primeiro, houve a CPI dos Precatórios, depois foi o juízo final que

chegava com o fenômeno *El Niño*", disse.

Outra razão para os resultados econômicos de Santa Catarina, na avaliação de Casildo Maldaner, estaria no advento do Mercosul, que demonstrou que o estado estava preparado para competir no mercado internacional: "Estamos exportando muito mais do que importando", frisou.

Primeiro estado da Federação a criar uma secretaria especial para o mercado comum, Santa Catarina também inaugurou, recentemente, o Espaço Mercosul, onde funcionam os escritórios comerciais dos países que integram o bloco, além de um escritório da Junta da Galficia, completou o senador.

Amorim denuncia operação financeira do governo de Rondônia

Escândalo envolvendo o governo de Rondônia voltou a ser denunciado pelo senador Emandes Amorim (PPB-RO). Desta vez, segundo o senador, a imprensa de seu estado informou que a Companhia de Água e Esgoto de Rondônia (Caerd) negociou uma doação de R\$ 100 milhões de um banco inglês, contra garantia de notas promissórias no valor de R\$ 295 milhões. Essas promissórias, acrescentou, seriam avalizadas pelo governo de Rondônia, e a instituição inglesa teria prometido devolvê-las no futuro, sem exigência de resgate, pois serviriam apenas para calçar operações financeiras internacionais, como garantia de outros negócios. "Na verdade, a operação parece armação de vigarista", afirmou o senador.

Amorim informou que, na última sexta-feira, o presidente do Banco Central encaminhou à Comissão de Assuntos Econômicos um ofício com cópia de dossiê sobre a operação, após ser alertado pelo Tribunal de Contas, que, ao investigar licitações que estavam em andamento por conta desse dinheiro, verificou que os recursos não existiam no orçamento do estado. O Bacen entende que se trata de



Amorim suspeita de "armação"

uma operação de financiamento, não de doação, e que, por isso, depende de autorização do Senado.

— O mentor desse negócio, segundo a imprensa, é o presidente da Caerd, Petrónio Soares. Na verdade, um velho conhecido do Tribunal de Contas de Rondônia, pois foi responsabilizado pelo pagamento ilegal de mais de R\$ 16 milhões a empreiteiras que colaboraram na campanha do atual governador. Empreiteiras que prestaram serviços há alguns anos ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia, quando Waldir Raupp era seu diretor, apoiaram sua campanha eleitoral e, após sua vitória, obtiveram a revisão de valores em contratos vencidos — revelou Emandes Amorim.



0800 - 612211

FALA, CIDADÃO

Nesta seção, o Jornal do Senado publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para 0800-61-2211. A ligação é gratuita

Ricardo Walsh, de Niterói, estado do Rio de Janeiro, pede informações sobre o projeto que pretende proibir o fumo nos vãos em território brasileiro. O autor da proposta, que aguarda apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, é o senador Odacir Soares.

Odacir Soares: O Brasil já tem uma lei federal que proíbe o fumo em qualquer recinto fechado. Aprovada pelo Congresso Nacional em 1996, essa lei foi sancionada pelo presidente da República, mas, lamentavelmente, não é obedecida, nem mesmo aqui no Parlamento. Com o objetivo de fazer



Odacir: contra o fumo

valer a lei, o Ministério da Aeronáutica resolveu proibir fumar nos aviões em vãos de até uma hora. Mas eu entendo que, como acontece nos Estados Unidos e na Europa, não se deve fumar em voo algum, porque o fumo em qualquer recinto fechado é prejudicial à saúde.

A idéia do projeto é, então, fazer com que o Brasil siga aquilo que outras nações têm de bom na sua legislação e no seu comportamento.

O projeto restringe-se aos vãos no espaço aéreo nacional, onde vigora a lei brasileira. A partir da fronteira, aplica-se a legislação do outro país. Mas a maioria das nações que tenho visitado já dispõe de legislação interna proibindo o fumo nos aviões.

Quanto à situação dos fumantes, acredito que a primeira questão é a questão da lei. Quando o Brasil tiver uma legislação que proíba fumar em qualquer voo no território nacional, as pessoas não vão fumar, ou poderão optar pela viagem de carro.

Nabor pede liberação de recursos para BRs

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) dirigiu ontem um apelo ao governo federal, em especial ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para que seja agilizada a liberação de R\$ 25 milhões, destinados à pavimentação de trechos acreanos das rodovias federais BR-364 e BR-317. Os recursos foram alocados pela bancada federal do Acre no Orçamento de 1988 e o governo estadual só tem o período de estagiagem na região — entre maio e novembro — para realizá-las, justificou.

Como o Ministério dos Transportes divulgou, recentemente, documento em que informa aos parlamentares que a liberação de recursos será promovida depois do serviço

feito, o senador argumentou que a medida deve ter validade apenas para as empresas privadas. A seu ver, como os recursos resultam de convênio entre os governos federal e estadual, "a exigência é dispensável".

Nabor também informou que o governo do Acre já autorizou o início das obras de pavimentação no trecho Rio Branco-Brasília da BR-317, rodovia que permitirá a ligação entre o Atlântico e o Pacífico. A BR-364, por sua vez, integrará o Vale do Juruá a Rio Branco e conectará o Acre ao Centro-Oeste, com evidente importância para o escoamento de grãos produzidos nessa região.

Mauro reivindica comarcas para o Entorno de Brasília

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) dirigiu apelo ao presidente do Tribunal de Justiça de Goiás para que sejam instaladas comarcas nos municípios de Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas, Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama, no Entorno do Distrito Federal. O senador disse que, "na ausência de

social dos seus municípios e mostraram também que a presença desses órgãos contribuirá de maneira determinante para agilizar e desobstruir os canais judiciais nessas localidades.

Com improvisação e criatividade, os prefeitos buscam um caminho para superar os enormes obstáculos que suas administrações têm de enfrentar cotidianamente. Lá no Entorno, além desses problemas, os prefeitos convivem, também, com uma enorme pressão demográfica, ostentando uma das maiores taxas de incremento populacional do país - afirmou.

Mauro Miranda informou que os prefeitos dos cinco municípios goianos já conseguiram organizar a infra-estrutura necessária para receber as novas comarcas, acrescentando que quase todos já concluíram os prédios do fórum, da cadeia pública e as residências dos juizes, que são exigências básicas para que as comarcas possam ser instaladas.



Mauro cobra maior presença da Justiça

uma boa Justiça", instalam-se a desorganização social e a desobediência civil.

Segundo o senador, em reunião com o presidente do Tribunal de Justiça do estado, desembargador Lafaiete Silveira, os prefeitos do Entorno apontaram os benefícios que as comarcas trarão à vida

TV Senado promove debate sobre planejamento familiar

A deputada federal e ginecologista Ceci Cunha e a médica Rosaly Rulli, coordenadora do climatério do Hospital Materno-Infantil de Brasília, discutem o planejamento familiar no programa "Mu-

lheres em Debate" de hoje. Segundo as debatedoras, a desinformação é a principal vilã do planejamento familiar. O programa vai ao ar às 8h e às 19h30. A apresentação é da jornalista Solange Calmon.

Segundo a proposta, as adaptações impostas pelo Código de Trânsito não valerão para carros que circulavam antes de a lei entrar em vigor

Projeto reduz exigências para veículos antigos

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) apresentou projeto de lei garantindo a circulação dos veículos fabricados antes da vigência do Código de Trânsito Brasileiro sem que promovam as adaptações às novas regras de segurança nele definidas. As exigências, explica o senador, só não seriam relaxadas para os veículos destinados ao uso comercial.

Ele argumenta, em defesa do projeto, que a adaptação de equipamentos de segurança, dependendo da concepção do projeto de engenharia do veículo, "não é recomendável e pode expor os usuários dos veículos a maiores danos do que se nada



Machado: adaptação traz riscos estivessem utilizando".

Há, ainda, lembra Machado, "uma questão econômica, que envolve processo de adaptação, e outra, de natureza jurídica". O cidadão, proprietário de um veículo "em condições de uso, porém fabricado em 1970, não pode ser impedido

de utilizar o seu carro, nem ser obrigado a, desrespeitando o projeto original de engenharia, adaptar, por exemplo, cintos de segurança de três pontos para os cinco passageiros que pode originalmente transportar".

As exigências de campanha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, e espelho retrovisor do lado esquerdo para as bicicletas também são criticadas pelo senador. "Soa demasiada", para o autor do projeto, exigir tais itens a "muitos sertanejos que têm como único meio de transporte a sua bicicleta, sua antiga bicicleta".

Emília homenageia cantor gaúcho

Ao lamentar a morte prematura de César Passarinho, cantor nativista gaúcho, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) lembrou sua importância para a "Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul", festival que se realiza há 28 anos em Uruguiana (RS) para criar oportunidades de integração de poetas, músicos e compositores, estudiosos e críticos contemporâneos interessados em preservar e aperfeiçoar os valores nativos da região.

- Califórnia vem do grego e quer dizer "conjunto de coisas

belas". Califórnia e César Passarinho são sinônimos porque começaram juntos. O cantor uruguaiense acabou se transformando na marca registrada do festival da música nativa, ao ser agraciado, ao longo dos anos, com quatro Calhandras de Ouro, troféu máximo, e conquistando sete prêmios de melhor intérprete - destacou Emília.

Para a senadora, Passarinho será lembrado como um artista que gostava de cantar o romantismo e as coisas do campo. "O prêmio Calhandra,

que tira seu nome de um passaro de canto doce que somente canta quando está li-



Emília destacou o talento do artista

vre, nunca mais será entregue a um César que voava até no nome", concluiu ela.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sobre o trabalho escravo infantil e a marcha de 5 mil crianças que aconteceu em Brasília
8h - "Mulheres em Debate" entrevista a deputada federal Ceci Cunha e a doutora Rosaly Rulli sobre planejamento familiar
9h30 - Entrevista com o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sobre o trabalho escravo infantil e a marcha de 5 mil crianças que aconteceu em Brasília
10h - Comissão de Assuntos Econômicos - eleição do novo presidente da comissão e apreciação do projeto de lei que inclui os códigos de identificação tátil nas cédulas de reais
14h30 - Sessão plenária deliberativa (vivo)

Logo após: Comissão de Infra-Estrutura - apreciação do projeto que trata da substituição gradual da frota oficial de veículos (pré-gravado)
19h30 - "Mulheres em Debate" entrevista a deputada federal Ceci Cunha e a doutora Rosaly Rulli sobre planejamento familiar
20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
20h40 - "Senado em Pauta"
21h - Sessão plenária (reapresentação)
0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
0h40 - "Senado em Pauta"
1h - "Agenda Econômica"
2h - "Jornal da Amazônia"
2h15 - "Senado em Pauta"
2h30 - "Fala, Cidadão"
6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
10h - Comissão de Assuntos Econômicos
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
14h15 - "Plenário em Revista"
14h30 - Sessão plenária
19h - "A Voz do Brasil"
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
0h - Retransmissão da sessão plenária
4h - Música e informação até as 7h30

TRABALHO INFANTIL

CPI quer conhecer medidas do governo

Os ministros da Educação, Paulo Renato Sousa, e do Trabalho, Edward Amadeo, serão as próximas autoridades ouvidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso que investiga o trabalho infantil no país. Os senadores querem saber dos ministros o que tem sido feito no âmbito de suas pastas para combater a exploração do trabalho de crianças e adolescentes.

Na última semana, as senadoras Marluce Pinto (PMDB-RR) e Emília Fernandes (PDT-RS) visitaram Mato Grosso do Sul para avaliar de perto o programa "Vale Cidadania", criado para retirar as crianças que trabalhavam em carvoeiras. A iniciativa é resultado de parceria entre os governos estadual e federal.

As senadoras visitaram os municípios de Ribas do Rio Pardo e Água Clara, onde o programa procura oferecer alimentação, orientação educacional, esportes e lazer a jovens de sete a 14 anos que antes trabalhavam em carvoeiras. "Podemos constatar como é sofrido aquele trabalho e ficamos profundamente satisfeitos com as ações realizadas em Mato Grosso do Sul para combater esse problema que não é só do Brasil, mas internacional", analisou Emília Fernandes.

Cerca de 30 municípios do estado já foram beneficiados pelo programa, que deve atingir, em 1998, cinco mil crianças. Emília destacou também a participação de empresários da região que estão custeando a merenda escolar e até pes-



Marluce avaliou o programa "Vale Cidadania"

soas para trabalharem nas escolas dos municípios que têm atividade carvoeira.

— Estamos convencidos de que a saída para o trabalho infantil passa pela educação, mas esse é apenas um primeiro passo, que deve ser complementado — afirmou Emília. Para ela, não adianta

dar assistência às crianças somente até os 14 anos se não houver paralelamente alternativas de profissionalização e de trabalho. A senadora quer que o programa, hoje implementado em Mato Grosso do Sul, na Bahia e em Pernambuco, seja estendido para o resto do Brasil.

Relatório final sai até o dia 11 de junho

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o trabalho infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), deve apresentar até o dia 11 de junho o seu relatório final, quando acaba o prazo para conclusão de seus trabalhos. A deputada Célia Mendes (PFL-AC) é a relatora da comissão. A CPI funciona há dois anos e, desde então, já ouviu representantes de entidades envolvidas com o combate ao trabalho infantil, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo das Nações Unidas para a Criança (Unicef) e o Fórum em Defesa das Crianças e Adolescentes. Os membros da comissão realizaram ainda diligências nos estados do Rio Grande do Sul, Ceará, Pernambuco e, na semana passada, Mato Grosso do Sul. Em Fortaleza, a CPI tratou especificamente da exploração sexual de crianças adolescentes e das denúncias de existência do turismo sexual naquela cidade. Os senadores constatarão a situação ao tomarem depoimentos de crianças envolvidas em prostituição. A criação da CPI foi pedida a partir de reportagem da revista *Veja*, de agosto de 1995, sobre o assunto. Os autores da matéria foram os primeiros a ser ouvidos pela comissão.



Tebet comenta marcha

Tebet: solução é investir em educação

É fundamental acabar, de uma vez por todas, com o trabalho escravo infantil. Foi o que afirmou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) em entrevista à TV Senado, na qual comenta a recente marcha, em Brasília, de cinco mil crianças em defesa do direito de frequentar a escola.

Na entrevista, que vai ao ar às 7h e 9h30, Tebet também defende mais recursos para a educação que, segundo ele, deve ser tomada como prioridade nacional.

Emília sugere renda mínima que retire as famílias da miséria

Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o trabalho infantil no país, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) acredita que a adoção de um programa que garanta uma renda mínima às famílias brasileiras pode ajudar no combate ao trabalho infantil. "Temos que combater as causas do problema, garantindo cidadania e condições de vida dignas aos pais das crianças, que hoje vivem em condições miseráveis", avalia.

Emília quer saber dos ministros Paulo Renato (Educação) e Edward Amadeo (Trabalho), que serão ouvidos pela CPI em junho, quais ações já foram tomadas nas duas áreas para evitar o trabalho infantil. "Quero saber por que não foi feito mais e por que o governo ainda não criou um programa de renda mínima que já foi aprovado



Emília quer combater as causas

pelo Senado, nos moldes da proposta do governo", adiantou a senadora.

A senadora gostaria de ver aprovadas ainda regras para regulamentar o trabalho de adolescentes. Emília emitiu parecer favorável ao projeto de lei de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que cria o programa de estímulo ao primeiro emprego. A proposta, que está na pauta do plenário (veja página 3), pre-

vê estímulos às empresas que contratarem adolescentes, de acordo com critérios definidos.

— Também precisamos de penalidades mais duras contra empresas que submetem crianças a condições insalubres em busca do lucro fácil — afirmou Emília, que recentemente constatou a existência de crianças trabalhando em contato com produtos tóxicos em fábricas de calçados no Rio Grande do Sul.

Segundo ela, o relatório final da CPI irá mapear a situação da exploração do trabalho infantil, revelando os números do problema no país. "Também apontaremos alternativas para o combate do trabalho infantil e vamos desafiar o governo a atacar as causas do trabalho precoce, principalmente no sentido de oferecer perspectivas aos trabalhadores brasileiros", afirmou.